

FILOSOFIA E COLONIZAÇÃO: DA ÁRVORE DO CONHECIMENTO CARTESIANO AO RIZOMA DELEUZE-GUATTARIANO

PHILOSOPHY AND COLONIZATION: FROM THE CARTESIAN TREE OF KNOWLEDGE TO THE DELEUZE-GUATTARIAN RHIZARD

Maria Lionilde Araujo da Silva

Universidade Federal do Acre, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/cadernosmilovic.v4i1.178>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discutir como o saber filosófico foi usado no processo de colonização empreendido pela Europa na Modernidade. Analisaremos a Modernidade como proposta por Dussel (1993) e a filosofia da identidade que fundamentou esse sistema hierárquico e arbóreo criticados por Deleuze em conjunto com Guattari ao propor linhas de fuga para devires outros. A pesquisa de cunho bibliográfico, ancora-se na fundamentação teórica de autores e discute conceitos relacionados a colonização (Dussel, 1993; Cesaire, 2020; Fannon, 2008) em articulação com a proposta rizomática das discussões de filosofia e linguagem presentes na obra de Deleuze. Como resultado, apontamos fissuras nesse modelo representacional de identidade europeia para a superação desse modelo de árvore e identidades fixas, abrindo a discussão para uma filosofia da multiplicidade na promoção dos devires. Propondo que ultrapassar o modelo de pensamento arborescente é fundamental para descolonizar o pensamento e permitir o florescimento da grama do rizoma para celebrar as conexões e as multiplicidades dos seres.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia. Modernidade. Colonização. Rizoma.

ABSTRACT: The aim of this article is to discuss the philosophy of identity in the colonization process carried out by Europe during Modernity. We shall analyze Modernity according to Dussel (1993) and the philosophy of identity that formed the basis of this tree and hierarchical system criticized by Deleuze in collaboration with Guattari, as they propose lines of flight toward other becomings. This bibliographic study is grounded in the theoretical foundations of various authors and discusses concepts related to colonization (Dussel, 1993; Césaire, 2020; Fanon, 2008) in relation to the rhizomatic



approach found in Deleuze's discussions of philosophy and language. As a result, we pointed out fissures in this representational model of European identity to overcome this model of the tree and fixed identities, opening the discussion to a philosophy of multiplicity that encourages the becomings. We believe that moving beyond the arborescent model of thought is fundamental to decolonizing thought and allowing the flowering of the rhizome's grass to celebrate the connections and multiplicities of beings. **KEYWORDS:** Philosophy. Modernity. Colonization. Rhizard.

Introdução

“Do solo fez o Senhor Deus brotar toda sorte de árvores
agradáveis à vista e boas para alimento;
e também a árvore da vida no meio do jardim
e a árvore do conhecimento do bem e do mal.”
(Gênesis 2:6)

“Que horror! Que horror!”, assim sintetiza o sr. Kurtz, personagem enigmático de “O coração das trevas” na lucidez da morte, a sua empresa de vida colonizadora num mundo marcado pela violência. O romance de Joseph Conrad, escritor ucraniano naturalizado inglês, é talvez o maior libelo contra o colonialismo inglês denunciando a pretensa civilização, marcada a ferro e fogo imposta com crueldade a diversos povos do planeta que levou as mais sangrentas guerras mundiais e locais, deixando uma marca de grande flagelo racista, fundamentado no discurso sobre o “nobre fardo do homem branco” em levar a civilização aos outros. A propaganda funcionava e o mundo conheceu a barbárie das nações ditas cultas e civilizadas que impunham suas crenças e dogmas ao “resto da humanidade” (Conrad, 2013). Crenças vendidas como ilustração e propagada como Verdade absoluta baseada na ideia de Ser que buscava imprimir em todos os seres a ideia de Identidade. E quem não se enquadrava nessa lógica, sofria as consequências em seus próprios corpos. Um tipo específico (e vencedor) de filosofia cooperou como mecanismo de legitimação de processos de subalternização e marginalização de outras culturas, e conseqüentemente de seus saberes dentro do projeto colonial. A Europa se intitulou como detentora da “filosofia universal”. Mas, como ultrapassar esse saber filosófico baseado na ideia de Ser e no conhecimento em forma dual de árvore que impõe o verbo “ser”?

Para dialogar com esses questionamentos, temos como objetivo discutir o papel de uma filosofia da identidade no processo de colonização perpetrado pela Europa no que Dussel (1993) chamou de modernidade. Seguiremos as pegadas de Dussel (1993) e as coordenadas da filosofia peculiar de Deleuze ao propor linhas de fuga para devires outros frente a ideia da lógica arbórea. Mesmo em correntes filosóficas diversas (Dussel, filosofia da libertação e Deleuze, filosofia da diferença), entendo que a filosofia deleuziana em sua imanência consegue se acoplar às mais diversas discussões e teorias filosóficas diversas em um rizoma de conceitos visitados e revisitados. Para isso, usaremos a pesquisa bibliográfica e o próprio sistema do autor para articular os conceitos com outros conceitos presentes na discussão.

A árvore no meio da grama do jardim

O que chamamos de Filosofia é um saber que nasceu nas colônias jônicas (filosofia cosmológica), atual Turquia, cuja paternidade é atribuída a Tales de Mileto dentro de uma longa linha masculina e cronológica. A Filosofia, migra para Atenas, polis grega e se situa na Ágora, tornando-se antropológica e se autointitula irmã da política. Dussel (1977, p.8) aponta que a “filosofia não nasceu nesse espaço. Nasceu nos espaços periféricos em seus tempos criativos. Aos poucos, foi para o centro em suas épocas clássicas, nas grandes ontologias até degradar-se na má consciência das idades morais”. Continua Dussel (1977, p. 10-12) evidenciando que essa ontologia espontaneamente nasce de uma experiência anterior de dominação sobre os outros homens, de opressão cultural sobre outros mundos. A filosofia de Parmênides marca o início das ontologias, com a famosa afirmação “O ser é, o não-ser não é”. Nesse contexto, o Ser representa a realidade fundamental, o horizonte que define o mundo e a fronteira que delimita o que é conhecido e controlável. A identificação do ser com a cultura grega sugere que a verdade e a realidade são definidas pela perspectiva dominante. Além das fronteiras da Grécia antiga, resta o desconhecido, o “não-ser”. Essa visão é refletida na política dos grandes filósofos da época, como Aristóteles e Platão, que muitas vezes justificavam a ordem estabelecida e a dominação das classes superiores. Nesse sentido, o Ser é sinônimo de poder e controle, enquanto o não-ser é relegado à periferia, mesma lógica que se perpetuará na colonização das Américas e da África.

Na ontologia, principalmente da vertente platônica-aristotélica, o pensamento que exprime o Ser é o fundamento “das ideologias do centro”. Mosé (2017, p. 137) a partir da leitura de Nietzsche discorre como a estrutura conceitual moderna tem por base Parmênides e o princípio do Ser, engendrando uma lógica-gramatical do pensamento que se torna o lugar por excelência de reprodução da crença da identidade: tudo é identidade una e fixa. O que significará que nada poderá ser dito, que não seja ser, identidade e verdade. Esses conceitos que sustentam a razão são leis da linguagem: razão e linguagem são aparatos de produzir durações e fixidez (Mosé, 2017, p. 141). Sobre o papel da razão filosófica e a linguagem como política do Ser continua a autora:

Nietzsche, ao contrário da tradição, que acreditava na razão como aquilo que é próprio do humano, como aquilo que lhe é natural, chama razão a este sistema moral de interpretação do mundo. A razão é a órbita capaz de fazer o pensamento girar em torno da mesma ideia: a identidade, a causalidade, a não contradição do ser.

É a linguagem quem «advoga» a favor do erro metafísico do ser; raciocinar é submeter o pensamento a este sistema. A crença no ser, que marca o nascimento da razão ocidental, é a configuração da ideia de verdade. É em torno da noção de ser que circula a filosofia metafísica. A despeito de toda tentativa crítica, a filosofia nada mais fez do que reproduzir, incessantemente, uma lógica da identidade, como vontade de duração, como vontade de verdade. A noção de ser como aquilo que é — o que é não vem-a-ser; o que vem-a-ser não é (Mosé, 2017, p. 142).

Essa ideia é também defendida por Glissant (2005, p. 17) ao apontar que as grandes ideias e civilizações monoteístas nasceram em torno da bacia do Mediterrâneo predispostos a um pensamento do Uno e do Ser. O Ser e a Filosofia (com F maiúsculo) como o centro da hegemonia ideológica das classes dominantes, desempenharam um papel essencial na história europeia. Essa filosofia da dominação é baseada na ideia de transcendência do Ser e da identidade que:

[...] sempre foi o agente de poder na filosofia, e mesmo no pensamento. Ela desempenhou o papel de repressor: como você quer pensar sem ter lido Platão, Descartes, Kant e Heidegger, e o livro de fulano ou sicrano sobre eles? Uma formidável escola de intimidação que fabrica especialistas do pensamento, mas que também faz com que aqueles que ficam fora se ajustem ainda mais a essa especialidade da qual zombam. Uma imagem do pensamento, chamada filosofia, constituiu-se historicamente e impede perfeitamente as pessoas de pensarem. A relação da filosofia com o Estado não vem somente do fato de,

desde um passado recente, a maioria dos filósofos serem “professores públicos” (embora esse fato tenha tido, na França e na Alemanha, um sentido bem diferente). A relação vem de mais longe. É que o pensamento toma emprestado sua imagem propriamente filosófica do Estado como bela interioridade substancial ou subjetiva. Ela inventa um Estado propriamente espiritual, como um Estado absoluto, que não é de modo algum um sonho, já que funciona efetivamente no espírito. Daí a importância de noções como as de universalidade, de método, de questão e resposta, de julgamento, de reconhecimento ou de reconhecimento, de ideias justas, sempre ter ideias justas. Daí a importância de temas como os de uma república dos espíritos, de uma inquirição do entendimento, de um tribunal da razão, de um puro “direito” do pensamento, com ministros da Justiça e funcionários do pensamento puro. A filosofia está penetrada pelo projeto de tornar-se a língua oficial de um puro Estado. O exercício do pensamento se conforma, assim, com os objetivos do Estado real, com significações dominantes como com as exigências da ordem estabelecida. (Deleuze; Parnet, 1998, p. 21).

Essa vertente da filosofia que almeja se tornar linguagem dominante do estado, está fundamentada numa ideia de árvore do conhecimento do bem e do mal, reproduzindo dualidades à sua volta, almejando que todas as árvores sejam idênticas a si mesma, numa tautologia vegetal e eterna. Guattari (2023) será categórico ao afirmar que a estrutura é assombrada por um desejo de eternidade.

Essa lógica está enraizada no que chamamos de pensamento arborescente, onde a árvore é a imagem clássica do mundo, ou a raiz é a imagem da árvore-mundo. Deleuze (em especial após seu encontro e produção comum com Guattari) visitando os conceitos nietzschianos sobre a linguagem, combaterá a forma transcendental da Árvore do Mundo, da árvore do saber descrita por Descartes. Deleuze e Guattari, apontam esse desenho enciclopédico e ilustrado como um território de poder legitimado pela palavra escrita, tomada como a norma culta.

Garcia (2020, p. 3) aponta como essa imagem do pensamento filosófico imprimiu no conhecimento preconceitos e legitimou a colonização ao fazer uma cisão entre corpo e mente, sendo a filosofia cartesiana decisiva na história para afirmar a inferioridade do corpo na obtenção e construção do conhecimento. Assim descreve Descartes no prefácio de “Princípios da filosofia”:

Assim, a Filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a Metafísica, o tronco a Física, e os ramos que saem do tronco são todas as outras ciências, que se reduzem a três principais: a Medicina, a Mecânica e a

Moral, entendendo por Moral a mais elevada e mais perfeita, porque pressupõe um conhecimento integral das outras ciências, e é o último grau da sabedoria. Ora, como não é das raízes nem do tronco das árvores que se colhe os frutos, mas apenas das extremidades dos ramos, a principal utilidade da Filosofia depende daquelas suas partes que são aprendidas em último lugar (Descartes, 2006. p. 22).

Tentando ultrapassar essa lógica, Deleuze em “Lógica do sentido” resgatará a discussão da importância do corpo usando a filosofia estoica como mote e em “Diferença e repetição” fará a crítica à centralidade da identidade na sociedade moderna enquanto ideia de realização do pensamento, do entendimento, da vontade e do juízo. O filósofo em seu pensamento destitui a primazia da identidade, principalmente no que concerne ao primado da representação. Em seguida, problematiza a ideia de que a imagem precederia o pensamento. Então, questiona a noção do conhecimento como uma faculdade inata do ser, o que simultaneamente, desmonta a visão de um desvelamento da identidade. O “eu” do *cogito* cartesiano também foi alvo da crítica deleuzeana, ao entender esse cogito como uma invenção da modernidade. A noção de uma identidade universal naturalizada por uma imagem de pensamento da representação é questionada, assim também será denunciada como a ideia da identidade se torna condição para a emergência da ciência moderna e da soberania do estado-nação emergente. Mas, vale ressaltar que a problemática da identidade não é restrita à modernidade, mas vem de todo o edifício platônico e aristotélico herdado da filosofia grega (Lemos; Sampaio; Galindo, 2021, p.193-194).

Todo o arcabouço teórico da identidade que vai de Parmênides a Hegel, será apropriado pela empresa colonial ao exaltar o Ser e inferiorizar o corpo. Essa linguagem se torna a política de um Estado-Nação nascente sob a égide do capitalismo mercantil na nova era que se denomina Modernidade.

Na Modernidade, antes do *Ego cogito* existe o *ego conquiro*, o “eu conquisto” é o fundamento prático do “eu penso”, onde um deus moribundo deu seu último suspiro. Mas, num mundo onde a existência de deuses é condição primordial para a ordem do mundo, nasce um novo deus. Uma deidade que exige, em seu berço, para a constituição de sua existência, os ossos, carnes, lágrimas e sangue de seres humanos, não ironicamente um ser metafísico que devora corpos. Um deus com a mão invisível e uma religião baseada no chamado “ mito da modernidade”, mito sacrificial que tem o dinheiro como fetiche e a economia como sacrifício. Uma religião

terrena, que exige culto diário de seus fiéis em holocaustos de povos inteiros diante de suas exigências. É nos termos dessa teogonia dusseana que o deus Modernidade mercantil-capitalista nasce em 1492 consumindo o sangue e a carne, em um primeiro momento, dos povos ameríndios, mas em sua voracidade, depois dos africanos. A Modernidade é um fenômeno realmente europeu em uma relação dialética com o não-europeu. Essa modernidade começa quando a Europa (até então sitiada geograficamente pelo mundo árabe) autointitula-se centro de uma História Mundial, em detrimento de uma periferia. Pela primeira vez na história em uma escala planetária, o mundo tem um centro, é o nascimento da modernidade e a origem do seu mito (Dussel,1993).

Para esse mito se perpetuar, a Europa constrói-se como cultura superior e com a nobre missão civilizadora de levar aos demais povos o esclarecimento contra a barbárie. Uma vez reconhecido o território, o próximo passo é o controle dos corpos. O conquistador é o primeiro homem moderno e esclarecido, a conquista é um processo militar e violento. O Outro tem sua alteridade negada através do “eu conquisto” e encoberta pela justificativa de civilização, onde o Outro é vítima e culpável de sua própria vitimização, eximindo o sujeito moderno do ato sacrificial, afinal o sofrimento do conquistado é o preço a se pagar pela modernidade, civilização, esclarecimento e salvação dos indivíduos das culturas “bárbaras” para novamente um dia, em outro mundo, habitarem em um jardim com duas árvores ao centro. Para levar adiante essa empresa criminoso, o conceito de raça foi forjado e exercido sobre os povos colonizados. O significativo racial é uma linguagem incontornável do poder e a crítica à modernidade ficará incompleta enquanto não apontarmos que o seu advento coincide com o surgimento do princípio da raça em matriz privilegiada e tecnológica de dominação. Para a reprodução dessa violência o alvo imediato é o corpo do outro. Por princípio de raça se deve entender uma forma espectral e narrada da divisão humana (Mbembe, 2022, p. 106). No platô da rostidade, Deleuze e Guattari (2012) descrevem tal lógica:

[...] Do ponto de vista do racismo, não existe exterior, não existem as pessoas de fora. Só existem pessoas que deveriam ser como nós, e cujo crime é não o serem. A cisão não passa mais entre um dentro e um fora, mas no interior das cadeias significantes simultâneas e das escolhas subjetivas sucessivas. O racismo jamais detecta as partículas do outro, ele propaga as ondas do mesmo até à extinção daquilo que não se deixa identificar (ou que só se deixa identificar a partir de tal ou qual desvio). Sua crueldade só se iguala a sua incompetência ou a sua ingenuidade (Deleuze; Guattari, 2012, p. 51).

Esse racismo perpetuado por uma filosofia da identidade e uma linguagem oficial é também apontado por Fannon (2008) em “Pele negra, máscaras brancas” no capítulo que discorre sobre a linguagem como condição existencial dos seres e corpos em relação com o outro. O autor martinicano fará um elogio e uma crítica a filosofia ao afirmar que muitas vezes é em nome da “filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu nome que muitas vezes se decide seu extermínio” (Fannon 2008, p. 42-43). Também não devemos esquecer o aviso de Césaire (2020, p.21) de que ninguém coloniza ninguém inocentemente, que uma civilização que justifica moralmente a colonização é uma civilização doente e chama para si seu Hitler, ou seja, seu castigo. Daí a importância de fazer uma filosofia outra (com F minúsculo) que discuta a colonização e o racismo a partir dos corpos dos explorados e dos “condenados da terra”. Mas, como ultrapassar séculos de discursos colonizadores baseados em uma vertente vencedora da filosofia? Como não reproduzir uma lógica arborescente do conhecimento que passa pela linguagem que seja contrária a essa lógica transcendental da existência humana? Pela própria filosofia e linguagem, essa é a proposição de Deleuze e Guattari, ao recusar o sistema arborescente do conhecimento e abraçar a perspectiva do rizoma que guarda em suas tessituras, as linhas de fuga para os devires outros. Conhecer e preferir uma outra vertente do saber filosófico que acredita em devires e na multiplicidade. Uma filosofia que celebra a vida e seus corpos em um processo de devir-intempestivo em detrimento da filosofia da dominação constituídas de palavras de ordem que perpetuam a morte. Deleuze, crítico da filosofia, e apaixonado pela mesma, proclamará que a filosofia é a teoria da multiplicidade e cartografará platôs possíveis para ultrapassar a ideia de uma identidade transcende baseada em pontos arborescentes duais. Explica Deleuze (2016, p. 371):

O múltiplo devém o substantivo, multiplicidade, e a filosofia é a teoria das multiplicidades, as quais não se entrelaçam a sujeito algum como unidade prévia. O que conta não é mais o verdadeiro nem o falso, mas o singular e o regular, o notável e o ordinário. É a função de singularidade que substitui a de universalidade (num novo campo, que não tem mais uso para o universal).

A filosofia da multiplicidade é a arte de criar conceitos, mas não se cria conceitos, a não ser em função dos problemas que se consideram mal colocados. Um desses problemas é como a linguagem (que é indissociável da filosofia) consegue criar mundo possível quando se torna expressão linguística de um possível e de uma fala que lhe confere realidade (Deleuze, Guattari, 2010, p.25). Para os autores, a unidade elementar da linguagem

é a palavra de ordem, afinal a linguagem não é feita para comunicar ou acreditar nela, mas para “emitir, obedecer e transmitir palavras de ordem” segundo Guattari (2024, p.12). A linguagem não exige mais que isso, as palavras não são ferramentas, mas damos às crianças linguagem, caderno e canetas como dá-se pás e picaretas a operários. Isso porque uma regra gramatical não é só um marcador sintático, mas antes de tudo um marcador de poder. A informação é apenas o mínimo marcador de emissão e transmissão de comandos. A linguagem que faz parte da vida, não é a vida. Ela dá ordem a vida. (Deleuze;Guattari, 2024b, p. 13).

Mas, qual o estatuto e a real extensão da palavra de ordem na linguagem? Mesmo que a palavra de ordem seja a unidade elementar da linguagem, ela não é sua genealogia, não está na sua origem, pois a palavra de ordem é apenas uma função-linguagem relacionada ao poder. Isso porque os corpos e o acontecimento em sua superfície são relacionados à linguagem que possibilita que o atual e virtual habite e transborde os corpos (Deleuze, 2015, p. 10). As palavras de ordem então, podem ser chamadas não de uma categoria particular de enunciados explícitos ou imperativos, mas a relação de qualquer palavra ou enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado e que se podem realizar apenas neles. Essas palavras de ordem, não remetem apenas aos comandos, mas a todo os atos que estão ligados aos anunciados por obrigações sociais (Deleuze; Guattari, 2024b, p. 17).

Mas, a relação entre o ato e o enunciado, ou seja, os elementos linguísticos, não é de identidade, é uma relação de redundância, isso porque a palavra de ordem é em si mesma redundância de ato e enunciado, um exemplo disso são os jornais que passam de um enunciado a outro, dizendo o que as pessoas devem pensar, reler, repensar. No cerne dessa questão, a linguagem não é comunicação, nem informação, apenas a transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o ato se realiza no enunciado e o enunciado no ato, sendo assim, a informação é apenas a condição mínima para a transmissão imperativa das palavras de ordem. Por isso, na filosofia deleuze-guattariana só existem agenciamentos coletivos de enunciação formados por palavras de ordem que são usadas para a dominação dentro do sistema capitalista. Mas, então como em Deleuze e Guattari, uma língua a serviço de uma máquina abstrata como a capitalística chega ao poder? Como uma língua toma o poder, num país, ou mesmo em escala mundial como foi o caso de línguas coloniais?

Deleuze (2016, p. 71) aponta para o risco de cair no binarismo em oposição de uma língua alta e uma língua baixa, de uma língua maior e uma língua menor, ou então de uma língua de poder e uma língua do povo. O exemplo que o autor dará é do imperialismo do inglês ou do americanismo como ele chama. Não bastou que ela fosse a maior língua veicular, consoante aos circuitos econômicos e financeiros; foi preciso que assumisse também as funções referenciais, mítica e até mesmo vernacular. Não se trata de dizer que vencedores impõem uma língua aos vencidos (ainda que na maioria das vezes seja assim). Mas os mecanismos de poder são mais sutis e difusos, passando por funções extensíveis, reversíveis que são objeto de lutas políticas ativas e até mesmo de microlutas. Porém, as variações que acontecem no interior dessa língua imperialista em comunidades negras submeteram essa língua e as variaram ao infinito fazendo o que Deleuze e Guattari (2017) chamam de fazer gaguejar uma língua como aconteceu na literatura de Kafka, ou como fez Conrad ao escrever em uma língua que não lhe era natural e denunciar dentro dessa própria língua imperialista, os horrores da colonização. Não é uma pessoa (sujeito da enunciação) que gagueja uma língua, mas sempre um agenciamento da enunciação, pois é sempre um povo que forma uma língua menor dentro de uma maior, afinal os devires são sempre coletivos e minoritários. O que Glissant (2005, p.24-25) chamará de língua crioula, nascida do contato entre elementos linguísticos absolutamente heterogêneos uns aos outros, numa genial subversão praticada dentro dessa língua, por praticantes que a reinventam.

Deleuze e Guattari (2024b), demonstram assim uma possibilidade de pensar a filosofia e a linguagem como construção de uma perspectiva outra que fundem e confluem formando possibilidade de linguagem, vidas múltiplas vividas e pensadas em rizomas linguísticos, artístico e epistemológicos para ultrapassar a ideia arbórea de uma identidade Una. Afinal, como diria Guattari (2024) antes do Ser existia a política. A contribuição dos autores é nômade e faz dissolver as fronteiras entre o filosófico e o linguístico, compondo paisagens literárias, imagens poéticas e linhas de fuga nômades nas palavras para desequilíbrio da própria língua almejando uma filosofia da multiplicidade da vida. Nos seus mil platôs conceituais, um dos principais conceitos é o de rizoma, afinal, Deleuze gosta mais de grama do que de árvores (Deleuze; Parnet, 1998, 39).

O rizoma sendo descentralizado e oposto a árvore com entradas múltiplas e saídas igualmente infinitas, com suas linhas de fuga que variam ao infinito. Os rizomas têm algumas características: 1º e 2º os princípios de conexões e de heterogeneidades garantem que qualquer ponto do rizoma

pode ser conectado a qualquer outro ponto, muito diferente da lógica da árvore linguístico a maneira de Chomsky que começa em S e avança por dicotomia. No rizoma cada traço não remete a um traço linguístico em específico, mas as diversas cadeias de diversas naturezas (social, biológica, filosófica, econômicas) em uma micropolítica do campo social. Um rizoma não cessa nunca de conectar pontos e organizações de poder, arte, ciências e lutas sociais, ao analisar a linguagem, nunca é somente sobre linguagem; 3º princípio da multiplicidade: a multiplicidade são rizomáticas e denunciam as pseudomultiplicidades arborescentes. Essa multiplicidade muda a natureza à medida que aumenta as conexões, não existindo pontos, apenas linhas, linhas de fuga que marcam acontecimentos vividos, determinações históricas, grupos e formações sociais; 4º Princípios de ruptura assinalante: contra os cortes significantes que separam as estruturas. O rizoma pode ser rompido ou interrompido e retomado em outras linhas em qualquer ponto. Os autores dão o exemplo das formigas que formam um rizoma animal na qual a maior parte pode ser destruída sem que ele (rizoma-formiga) deixe de se reconstruir. A cada ruptura, urdi uma linha de fuga, mas pode correr o risco de reencontrar nela re-organizações e formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito; 5º e 6º Princípio de cartografia: o rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural. Se emprega palavras como: “rizomática”, “platôs”, “micropolítica”. Essas palavras são conceitos, mas os conceitos são linhas ligadas a dimensões da multiplicidade almejando devires (Deleuze; Guattari, 2024a, p. 22-26).

O transbordar de devires não se faz na imaginação, não são sonhos nem fantasmas, eles são perfeitamente reais (Deleuze; Guattari, 2024a, p. 18-19). Os devires já são moleculares e é preciso dizer também que todos os devires começam e passam pelo devir-minoritário. O devir-minoritário é um caso político, pois não existe um devir-homem/branco/europeu pois, está numa relação de poder privilegiada, é uma imagem do Ser, logo, uma entidade molar, sendo que o devir molecular, apela a todo um trabalho de micropolítica da linguagem (Deleuze; Guattari, 2012, p. 92- 93). O devir é o contrário da macropolítica e da História oficial que perpetua a violência da máquina capitalística.

O devir sendo contrário da História oficial não pensa por passado ou futuro, passa entre esses dois, num bloco de coexistência. As sociedades que ficam a parte dessa história não são regidas por essas estruturas fixas porque são sociedades em devir, pois apostam no devir-revolucionário das pessoas, como por exemplo, o devir-indígena, o devir-mulher, o devir-

quilombola, o devir-africano... até alcançar o devir-intempestivo. O “devir é, a partir das formas que se tem[...]um extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo” (Deleuze; Guattari, 2012, p. 22-26). E o desejo, ponto central na filosofia de Deleuze e Guattari é sempre um ponto importante da subjetividade, política e coletividade em fluxos e conexões que formam outras formas de existir no mundo mesmo com um passado cruel ou um futuro sem esperanças. Formas que estão gestadas de hoje, de vida e de linhas de fuga.

Considerações de linhas: em algum lugar da grama

No devir não se conta a escalada da árvore do conhecimento do bem e do mal e sim a linha que sempre está no meio e nunca no final ou no início. Em um sistema hierárquico preso à ideia de evolução, o devir não passa por aí. No devir não há história, passado, presente, apenas geografias. “Trata-se no devir de involuir: não é nem regredir, nem progredir. Devir é tornar-se cada vez mais sóbrio cada vez mais simples, tornar-se cada vez mais deserto [...]” (Deleuze; Parnet, 1998, 39). Nesse deserto, Deleuze e Guattari (2024b, p. 46-49) nos convidam a sermos nômades, tanto porque a escrita da história sempre foi feita pelos sedentários em nome de um aparelho unitário de Estado. A História nunca compreendeu o nomadismo e a longa tradição do pensamento (do *logos* ao rei-filósofo, da transcendência da Ideia ao tribunal da razão, do conquistador ao sujeito) teve a pretensão estatal de ser a imagem interiorizada do homem civilizado e enraizar em todos os seres humanos uma ideia transcendental do Ser. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...”. Há nessa conjunção a força para desenraizar o verbo “ser”. Revertendo a ontologia e pensando em anular o fim e o começo, tornando tudo meio. Em um novo agenciamento coletivo que pode ser uma haste do rizoma, afinal os nômades estão sempre no meio, no meio da grama, da estepe, do deserto, em trânsito. Mas, não se preocupe, a estepe está sempre no meio de tudo, no meio das grandes florestas com suas altas e centenárias árvores e também no meio dos grandes impérios, “a estepe, a grama e os nômades são a mesma coisa” (Deleuze; Parnet, 1998) e os nômades não têm passado ou futuro, apenas devires.

Devires-grama, devires-mulher, devires-animais, devires-indígenas, devires-negros, devires-quilombolas, devires-filósofos, devires-amazônicos,

devires-revolucionários que passarão necessariamente por uma cartografia do corpo e do desejo (negado até agora primeiro por uma colonização dos corpos e da mente e hoje por uma estrutura que se diz pretensamente neutra e científica) ultrapassando todos os sistemas arbóreos impostos por uma vertente dominante (até agora) da filosofia da identidade de origem platônica/cartesiana: eis a proposta deleuze-guattariana, ultrapassar essa lógica procurando linhas de fuga no mundo que é rizomático. Ao deixar esse texto no ponto do rizoma que é sempre meio, invocamos o alerta de Fernando Pessoa para a vida no meio dizendo: “Segue o teu destino. Rega as tuas plantas. Ama as tuas rosas. O resto é a sombra. De árvores alheias”.

Nós do rizoma: referências

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Rio de Janeiro: Fronteira, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de louco**. São Paulo: Editora 34, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - Capitalismo e esquizofrenia 2**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012 v. 3.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - Capitalismo e esquizofrenia 2**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2024a v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs - Capitalismo e esquizofrenia 2**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2024b v. 2.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Kafka: **Por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DESCARTES, René. **Princípios de filosofia**. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 2006.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação da América Latina**. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GARCIA, A. V. A tradição filosófica e o eurocentrismo: como decolonializar o filosofar e o ensino de Filosofia contemporâneo?. **Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFIlo**, [S. l.], v. 6, p. e16/ 1–16, 2020. DOI: 10.5902/2448065742003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/42003>. Acesso em: 11 out. 2025.

GLISSANT, É. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2023.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**. São Paulo: Ubu editora, 2024.

LEMOS, Flávia C. S; SAMPAIO, Atauapa; GALINDO, Dolores. A produção da diferença em Deleuze, Nietzsche e Foucault como crítica radical à identidade. In: JARDIM, A. F. C; OLIVEIRA, A. S.; COSTA, P. H. D. (Org.). **Pensar Deleuze: 50 anos da publicação de Diferença e repetição**. Curitiba: Ed. Appris, 2021, pp. 191-201.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2022.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.